Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2022	15h20min	ORDINÁRIA	45

Registro que foi apresentada de maneira a formalizar, dentro da técnica legislativa, essa brilhante ideia do Deputado Delmasso através de um substitutivo, permitindo que fossem aglutinados não só os dois projetos de autoria do nobre Deputado como também o projeto de lei complementar de autoria do governo, o que deixa de caracterizar qualquer vício de origem. Portanto, eu quero parabenizar o Deputado Delmasso pela iniciativa.

No âmbito dessa Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos de parecer favorável à aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa o Deputado José Gomes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado José Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

PARECER - CCJ

DEPUTADO JOSÉ GOMES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2022	15h20min	ORDINÁRIA	46

ao Projeto de Lei Complementar nº 109/2022, de autoria do Deputado Delmasso, que “altera a legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e dá outras providências” em tramitação conjunta com Projeto de Lei Complementar nº 123/2022, de autoria do Deputado Delmasso , que “ Altera a legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e dá outras providências” e Projeto de Lei Complementar nº 126/2022, de autoria do Poder Executivo , que “altera a Lei Complementar nº 937, de 22 de dezembro de 2017, que altera a legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e dá outras providências”.

A proposição em questão preenche a todos os requisitos do art. 64, inciso I, do Regimento Interno dessa Casa.

Diante do exposto, no âmbito dessa Comissão de Constituição e Justiça, votamos pela admissibilidade do Projeto de Lei Complementar nº 109/2022, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei Complementar nº 123/2022 e com o Projeto de Lei Complementar nº 126/2022, com o acatamento da emenda apresentada.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.